

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Acerca da principiologia do direito administrativo, assinale a opção correta.

(A) Os princípios que regem a atividade da administração pública e que estão expressamente previstos na CF são os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

(B) A lei que trata dos processos administrativos no âmbito federal previu outros princípios norteadores da administração pública. Tal previsão extrapolou o âmbito constitucional, o que gerou a inconstitucionalidade da referida norma.

(C) O princípio da legalidade no âmbito da administração pública identifica-se com a formulação genérica, fundada em ideais liberais, segundo a qual ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

(D) Os princípios da moralidade e da eficiência da administração pública, por serem dotados de alta carga de abstração, carecem de densidade normativa. Assim, tais princípios devem ser aplicados na estrita identificação com o princípio da legalidade.

A: correto (art. 37, *caput*, CF); B: a Lei 9.784/99 não foi considerada inconstitucional por trazer expressamente outros princípios do D. Administrativo; C: o princípio da legalidade, no âmbito da Administração Pública, significa que ela só pode fazer o que a lei determina ou permite. D: os princípios citados são autônomos e têm densidade normativa suficiente para ser aplicados de modo independente. Gabarito "A"

2. A obrigação atribuída ao Poder Público de manter uma posição neutra em relação aos administrados, não podendo atuar com objetivo de prejudicar ou favorecer determinadas pessoas, decorre do princípio da

(A) moralidade.

(B) impessoalidade.

(C) legalidade.

(D) motivação.

Trata-se de uma das três facetas do princípio da impessoalidade: a) tratamento igualitário às pessoas; b) vedação à autopromoção; c) respeito à finalidade dos atos administrativos). Gabarito "B"

3. Considerando os poderes administrativos, relacione cada poder com o respectivo ato administrativo ou a respectiva característica.

1) poder regulamentar

2) poder vinculado

3) poder de polícia

4) poder hierárquico

5) poder disciplinar

() apreensão de alimentos impróprios para consumo.

() expedição de decreto para a correta execução de lei.

() penalizar servidores infratores dos deveres funcionais.

() concessão de aposentadoria compulsória.

() delegação de competência.

A sequência correta é:

- (A) 2, 3, 5, 4, 1
 - (B) 5, 4, 1, 2, 3
 - (C) 3, 1, 5, 2, 4
 - (D) 3, 2, 4, 5, 1
-

A apreensão de alimentos impróprios para o consumo é típica atividade de condicionamento do particular aos ditames de interesse público (poder de polícia). A expedição de decreto para a correta execução de lei consiste no exercício do poder regulamentar. A penalização de servidores infratores dos deveres funcionais é expressão do poder disciplinar. A concessão de aposentadoria compulsória, por conter requisitos objetivos (70 anos de idade), importa no exercício de poder vinculado, não havendo outra opção à autoridade administrativa, que não determinar a aposentadoria. A delegação de competência ocorre normalmente de um órgão superior para um órgão subordinado, de modo que pode ser considerada expressão do poder hierárquico. Gabarito "C"

4. São tradicionalmente afirmados pela doutrina como atributos do ato administrativo

- (A) presunção de imperatividade e de executoriedade.
 - (B) imperatividade e exigibilidade.
 - (C) executoriedade e vinculação.
 - (D) presunção de legalidade e vinculação.
-

A, B, C e D: Os atributos do ato administrativo são: presunção de legitimidade, imperatividade, exigibilidade, autoexecutoriedade e tipicidade. Assim, apenas a alternativa "B" está correta. Gabarito "B"

5. O ato administrativo, – para cuja prática a Administração desfruta de uma certa margem de liberdade, porque exige do administrador, por força da maneira como a lei regulou a matéria, que sofresse as circunstâncias concretas do caso, de tal modo a ser inevitável uma apreciação subjetiva sua, quanto à melhor maneira de proceder, para dar correto atendimento à finalidade legal, – classifica-se como sendo

- (A) complexo.
 - (B) de império.
 - (C) de gestão.
 - (D) discricionário.
-

Trata-se da definição de ato discricionário, conclusão que pode facilmente ser verificada pelo fato de o enunciado se referir a ato em que há uma "certa margem de liberdade", expressão típica quando se define esse tipo de ato. Gabarito "D"

6. Com relação aos atos administrativos, assinale a opção correta.

- (A) A revogação do ato administrativo incide sobre ato inválido.
 - (B) A revogação do ato administrativo tem efeitos ex tunc.
 - (C) Somente a administração pública possui competência para revogar os atos administrativos por ela praticados.
 - (D) O ato administrativo discricionário é insuscetível de exame pelo Poder Judiciário.
-

A: se um ato for inválido (ilegal), o caso é de anulação; apenas os atos válidos (mas

inconvenientes) podem ser revogados; B: a revogação produz efeitos *ex nunc*; C: de fato, somente a administração pode revogar os atos administrativos; isso porque somente ela tem condições que analisar a conveniência e a oportunidade de manter certos atos; D: o Judiciário pode apreciar os aspectos de legalidade, moralidade e razoabilidade dos atos discricionários. Gabarito "C"

7. O ato administrativo goza da presunção de legitimidade, mas, quando dele decorrerem efeitos favoráveis, para seus destinatários e estiver eivado de vício insanável de legalidade, a Administração tem o direito de anulá-lo

- (A) enquanto não produzir efeitos.
 - (B) no prazo decadencial de 5 anos.
 - (C) a qualquer tempo.
 - (D) no prazo prescricional de 10 anos.
-

Art. 54 da Lei 9.784/99. Gabarito "B"

8. Complete as lacunas na frase a seguir e assinale a alternativa correta. A _____ é a supressão de um ato administrativo legítimo e eficaz realizado pelo

- (a) _____. O ato ilegal ou ilegítimo ensejará a _____.
 - (A) revogação - Administração Pública - anulação
 - (B) anulação - Judiciário - revogação
 - (C) revogação - Judiciário - anulação
 - (D) anulação - Administração Pública - revogação
-

De fato, atos legais são passíveis de revogação, se inconvenientes. E esta só pode ser feita pela Administração. Os atos ilegais são passíveis de anulação. Gabarito "A"

9. Assinale a opção correta acerca das autarquias.

- (A) As autarquias são detentoras, em nome próprio, de direitos e obrigações, poderes e deveres, prerrogativas e responsabilidades.
 - (B) As autarquias são hierarquicamente subordinadas à administração pública que as criou.
 - (C) As autarquias são criadas e extintas por ato do chefe do Poder Executivo.
 - (D) Ao criar uma autarquia, a administração pública apenas transfere a ela a execução de determinado serviço público, permanecendo com a titularidade desse serviço.
-

A: de fato, as autarquias, por serem pessoas jurídicas, têm capacidade de autoadministração; assim, são detentoras, em nome próprio, de direitos e obrigações, poderes e deveres, prerrogativas e responsabilidades; assim, um ato ilegal cometido por uma autarquia (p. ex., pelo INSS), enseja uma ação judicial contra o INSS e não contra a União; B: a relação não é de hierarquia, mas de supervisão ministerial (art. 26 do Dec.-lei 200/67); D: as autarquias são criadas (e extintas) por lei (art. 37, XIX, da CF). Gabarito "A"

10. NÃO é característica da sociedade de economia mista:

- (A) criação autorizada por lei.
- (B) personalidade jurídica de direito privado.
- (C) derrogação parcial do regime de direito privado por normas de direito público.
- (D) estruturação sob qualquer forma societária admitida em direito.

Gabarito “D” - A única característica que não é da sociedade de economia mista é a estruturação sob qualquer forma societária, vez que a primeira deve ter, necessariamente, a forma de sociedade anônima.

ÉTICA PROFISSIONAL

11. Em relação à organização da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), assinale a opção correta.

(A) Somente é possível a criação de Caixa de Assistência dos Advogados quando a seccional contar com mais de 1.500 inscritos.

(B) A OAB está ligada ao Ministério da Justiça para fins de dotação orçamentária.

(C) O presidente de Seccional pode, a critério do Pleno, receber remuneração pelo exercício do cargo.

(D) O Conselho Seccional é órgão do Conselho Federal.

A: art. 45, § 4º, da Lei 8.906/94; B: não existe essa ligação; C: não existe essa previsão; D: é órgão da OAB (art. 45, II, da Lei 8.906/94). Gabarito "A"

12. Prescinde-se de constituição de advogado regularmente inscrito na OAB para o ajuizamento de ação na 1.ª instância da justiça do trabalho, ação, no valor de até vinte salários mínimos, no juizado especial cível,

(A) e *habeas corpus*.

(B) *habeas corpus* e ação popular.

(C) *habeas corpus* e mandado de segurança.

(D) e mandado de segurança.

A: Opção correta. Não se exige a capacidade postulatória para atuar nesses casos (art. 1.º, I, § 1.º, da Lei 8.906/1994, c/c ADI 1.127, excluiu juizados especiais e justiça do trabalho); B: Opção incorreta. Qualquer cidadão pode ser autor de ação popular, porém deve constituir advogado para ingressar em juízo (Lei 8.906/1994, art. 1.º, I); C: Opção incorreta. O mandado de segurança é ajuizado por quem tem capacidade postulatória, ou seja, advogado (Lei 8.906/1994, art. 1.º, I, § 1.º); D: Opção incorreta. *Vide* justificativa apresentada na opção C. Gabarito "A"

13. Acerca do exercício da advocacia, assinale a opção correta.

(A) A única petição que o estagiário pode assinar sozinho é a de solicitação de preferência no julgamento do processo.

(B) Com a instituição das defensorias públicas nos estados e no DF, regidas por lei específica, os defensores públicos não podem exercer atividade de advocacia e, por isso, não se sujeitam à Lei nº 8.906/1994.

(C) Os procuradores da fazenda nacional, por serem funcionários públicos, não se sujeitam à Lei nº 8.906/1994.

(D) Ao estagiário devidamente inscrito na OAB é permitido praticar os atos privativos de advogado, desde que em conjunto com o advogado e sob sua responsabilidade,

podendo assinar isoladamente petição de juntada de documentos.

A e D: art. 3º, § 2º, da Lei 8.906/94 e art. 29 do Regulamento Geral; B e C: art. 3º, § 1º, da Lei 8.906/94. Gabarito "D"

14. Célio, advogado regularmente inscrito na OAB/SC, tem escritório próprio de advocacia em Florianópolis, onde atua na área trabalhista e na do direito do consumidor. No ano de 2006, atuou excepcionalmente como advogado em quatro ações de indenização perante o TJDF. Em 2007, ajuizou quinze ações em face da mesma empresa perante o TRT, em Brasília – DF, e, em 2008, atuou como advogado constituído em mais de dez causas. Na situação hipotética apresentada, Célio, de acordo com o Regulamento Geral do Estatuto da OAB,

(A) cometeu infração disciplinar por ter exercido, em 2006, a advocacia fora de seu domicílio de inscrição.

(B) está obrigado, desde 2007, à inscrição suplementar na Seccional da OAB/DF.

(C) está dispensado de comunicar à OAB o exercício da advocacia perante o TRT.

(D) está impedido de requerer a inscrição suplementar na OAB/DF, dada a regular inscrição na OAB/SC.

Art. 10, § 2º, da Lei 8.906/94. Gabarito "B"

15. O advogado Ademar é surpreendido por mandado de busca e apreensão dos documentos guardados no seu escritório, de forma indiscriminada. Após pesquisa, verifica que existe processo investigando um dos seus clientes e a ele mesmo. Apesar disso, os documentos de toda a sua clientela foram apreendidos. Diante do narrado, é correto afirmar que

(A) a proteção ao escritório do advogado não se inclui na hipótese versada.

(B) houve excesso na apreensão de todos os documentos da clientela do advogado.

(C) a inviolabilidade do escritório de advocacia é absoluta.

(D) a prática é correta, em função de a investigação atingir o advogado.

A: incorreta, pois a busca e apreensão nos escritórios de advocacia vêm disciplinada no art. 7º, II e §§ 6º e 7º, do Estatuto da OAB (EAOAB – Lei 8.906/94), que lhes garante não apenas a inviolabilidade do escritório, *excetuadas as hipóteses autorizadoras previstas nos dispositivos citados*, mas também dos instrumentos de trabalho; B: correta, pois, para que referida diligência (busca e apreensão) seja efetivada, mister a observância da regra-matriz que rege o tema, qual seja, a de ser garantida a *inviolabilidade do escritório ou local de trabalho do advogado*, bem como de seus *instrumentos de trabalho*, de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática, desde que relativas ao exercício da advocacia (art. 7º, II, do EAOAB), admitindo-se, no entanto, a “quebra da inviolabilidade” desde que presentes os requisitos constantes dos §§ 6º e 7º do EAOAB; C: incorreta, pois, como visto nos comentários à alternativa anterior, a inviolabilidade do escritório *não é absoluta*, sendo admitida, repita-se, desde que preenchidos os requisitos legais (art. 7º, II e §§ 6º e 7º, do EAOAB); D: incorreta, visto que a mera existência de investigação contra o advogado não é fundamento suficiente à “quebra” da inviolabilidade de seu escritório e a apreensão indiscriminada de documentos, ferindo, por evidente, o direito à intimidade dos clientes (art. 7º, II, e §§ 6º e 7º, EAOAB). Gabarito "B"

16. Francisco, advogado, dirige-se, com seu cliente, para participar de audiência em questão cível, designada para a colheita de provas e depoimento pessoal. O ato fora

designado para iniciar às 13 horas.

Como é de praxe, adentraram o recinto forense com meia hora de antecedência, sendo comunicados pelo Oficial de Justiça que a pauta de audiências continha dez eventos e que a primeira havia iniciado às dez horas, já caracterizado um atraso de uma hora, desde a audiência inaugural.

A autoridade judicial encontrava-se presente no foro desde as nove horas da manhã, para despachos em geral, tendo iniciado a primeira audiência no horário aprazado. Após duas horas de atraso, Francisco informou, por escrito, ao Chefe do Cartório Judicial, que, diante do ocorrido, ele e seu cliente estariam se retirando do recinto.

Diante do narrado, à luz das normas estatutárias

- (A) qualquer atraso superior a uma hora justifica a retirada do recinto, pelo advogado.
- (B) o advogado deveria, no caso narrado, peticionar ao Magistrado e retirar-se do recinto.
- (C) o atraso que justifica a retirada do advogado está condicionado à ausência da autoridade judicial no evento.
- (D) meros atrasos da autoridade judicial não permitem a retirada do advogado do recinto.

A: incorreta; segundo o art. 7º, XX, da Lei 8.906/94, é direito do advogado “retirar-se do recinto onde se encontre aguardando pregão para ato judicial, após trinta minutos do horário designado e ao qual ainda não tenha comparecido a autoridade que deva presidir a ele, mediante comunicação protocolizada em juízo” (g.n.); assim, não é qualquer atraso que justifica a retirada do recinto, pelo advogado; deve-se tratar de atraso de mais de 30 minutos, concernente à situação de *não comparecimento do juiz*, e não de atraso nas audiências; B: incorreta, pois, como se viu, o advogado não deveria ter se retirado; C: correta, pois somente à *ausência* do juiz autoriza a retirada do advogado, após o prazo mencionado e mediante a comunicação protocolada em juízo; D: incorreta, pois caso o atraso do juiz seja *superior a 30 minutos*, concernente à situação de não comparecimento do juiz, cabe a retirada do advogado do recinto. Gabarito "C"

17. Com relação ao entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) quanto ao Estatuto da Advocacia, assinale a opção correta.

- (A) É direito do advogado não ser recolhido preso, antes de sentença transitada em julgado, senão em sala de Estado Maior, com instalações e comodidades condignas, assim reconhecidas pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e, na falta dessas, ser aplicada prisão domiciliar.
- (B) É direito do advogado sustentar oralmente, após o voto do relator, em julgamentos de recursos nos tribunais superiores, pelo prazo de até 15 minutos.
- (C) É direito do advogado ter respeitada a inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho, de seus arquivos e dados e sua correspondência e de suas comunicações, salvo caso de busca e apreensão determinada por magistrado e acompanhada de representante da OAB.
- (D) É prescindível a presença de representante da OAB quando um advogado é preso por motivo ligado ao exercício da advocacia, bem assim, nos casos de crime comum, a comunicação à OAB.

A: art. 7º, V, da Lei 8.906/94; B: o art. 7º, IX, da Lei 8.906/94 foi suspenso na ADIN 1.105 (vide também ADIN 1.127-8); C: vide nova redação do art. 7º, II, da Lei 8.906/94 e do § 6º do mesmo dispositivo; D: é *imprescindível!* (art. 7º, IV, da Lei 8.906/94). Gabarito "C"

18. Michel, Philippe e Lígia, bacharéis em Direito recém-formados e colegas de bancos universitários, comprometem-se a empreender a atividade advocatícia de forma conjunta logo após a aprovação no Exame de Ordem. Para gáudio dos bacharéis, todos são aprovados no certame e obtêm sua inscrição no Quadro de Advogados da OAB. Assim, alugam sala compatível em local próximo ao prédio do Fórum do município onde pretendem exercer sua nobre função. De início, as causas são individuais, por indicação de amigos e parentes. Logo, no entanto, diante do sucesso profissional alcançado, são contactados por sociedades empresárias ansiosas pela prestação de serviços profissionais advocatícios de qualidade. Uma exigência, no entanto, é realizada: a prestação deve ocorrer por meio de sociedade de advogados. No concernente ao tema, à luz das normas aplicáveis

(A) a sociedade de advogados é de natureza empresarial.

(B) os advogados sócios da sociedade de advogados respondem limitadamente por danos causados aos clientes.

(C) o registro da sociedade de advogados é realizado no Conselho Seccional da OAB onde a mesma mantiver sede.

(D) não é possível associação com advogados, sem vínculo de emprego, para participação nos resultados.

A: incorreta, pois o art. 15, *caput*, da Lei 8.906/94 estabelece que deve se tratar de sociedade civil, ou, na linguagem do atual Código Civil, de sociedade simples, e não de sociedade empresária; B: incorreta, pois, além da sociedade, o sócio responde subsidiária e *ilimitadamente* pelos danos causados aos clientes (art. 17 da Lei 8.906/94); C: correta, pois “a sociedade de advogados adquire personalidade jurídica com o registro aprovado dos seus atos constitutivos no Conselho Seccional da OAB em cuja base territorial tiver sede” (art. 15, § 1º, da Lei 8.906/94); D: incorreta, pois “a sociedade de advogados pode associar-se com advogados, sem vínculo de emprego, para participação nos resultados” (g.n.) (art. 39 do Regulamento da OAB). Gabarito "C"

19. No que concerne à capacidade postulatória do advogado, assinale a opção correta.

(A) O advogado que renunciar à procuração que lhe foi outorgada fica obrigado a representar o outorgante pelo prazo de dez dias, a contar da notificação da renúncia, ainda que outro advogado o substitua.

(B) A procuração para o foro confere, em geral, poderes especiais ao advogado.

(C) Em caso de urgência, pode o advogado postular em juízo sem procuração, devendo apresentá-la no prazo de quinze dias.

(D) Caso o advogado não junte procuração, o juiz mandará intimá-lo para que a apresente imediatamente, sob pena de indeferimento da petição inicial.

A: art. 5º, § 3º, da Lei 8.906/94; B: art. 5º, § 2º, da Lei 8.906/94; C: art. 5º, § 1º, da Lei 8.906/94; D: art. 37 do CPC. Gabarito "C"

20. Assinale a opção correta acerca da situação do advogado como empregado, de acordo com as disposições do Estatuto da Advocacia e da OAB.

(A) O advogado empregado não está obrigado à prestação de serviços profissionais de interesse pessoal, fora da relação de emprego.

(B) Nas causas em que for parte empregador de direito privado, os honorários de sucumbência serão devidos a ele, empregador, e não, aos advogados empregados.

(C) Considera-se jornada de trabalho o período em que o advogado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens no âmbito do escritório, não sendo

consideradas as horas trabalhadas em atividades externas.

(D) A relação de emprego, no que se refere ao advogado, não retira a isenção técnica inerente à advocacia, mas reduz a independência profissional, visto que o advogado deve atuar de acordo com as orientações de seus superiores hierárquicos.

A: Opção correta. Assim dispõe o art. 18, parágrafo único, do EOAB; B: Opção incorreta. Em tal situação, os honorários serão devidos aos advogados empregados (EOAB, art. 21, *caput*); C: Opção incorreta. O conceito de jornada de trabalho deve englobar tanto o período em que o advogado empregado esteja à disposição do empregador no âmbito do escritório quanto aquele em que esteja realizando atividades externas (EOAB, art. 20, § 1.º); D: Opção incorreta. A relação advocatícia de empregado não implica redução da independência profissional (EOAB, art. 18). Gabarito "A"

21. Eduardo, advogado, é contratado para defender os interesses de Otávio, próspero fazendeiro, em diversas ações, de natureza civil, empresarial, criminal, bem como em processos administrativos que tramitam em numerosos órgãos públicos.

Antes de realizar os atos próprios da profissão, apresenta ao cliente os termos de contrato de honorários, que divide em valores fixos, acrescidos dos decorrentes da eventual sucumbência existente nos processos judiciais. À luz das normas aplicáveis,

(A) os honorários sucumbenciais e os contratados são naturalmente excludentes, devendo o profissional optar por um deles.

(B) os honorários contratuais devem ser sempre em valor fixo.

(C) os honorários de sucumbência podem, ao alvedrio das partes, sofrer desconto dos honorários pactuados contratualmente.

(D) os honorários sucumbenciais acrescidos dos honorários contratuais podem superar o benefício econômico obtido pelo cliente.

A: incorreta, pois, segundo o art. 22, *caput*, da Lei 8.906/94, a prestação do serviço assegura ao advogado direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência; ademais, os honorários fixados em sentença pertencem ao advogado, que pode executá-los autonomamente (art. 23 da Lei 8.906/94); aliás, segundo o CED, “os honorários da sucumbência não excluem os contratados, porém devem ser levados em conta no acerto final com o cliente ou constituinte, tendo sempre presente o que foi ajustado na aceitação da causa” (art. 35, § 1º); assim, é possível que o contrato de honorários determine que o advogado fique com os dois honorários (contratual e de sucumbência) ou que se combine algum tipo de compensação; B: incorreta, pois não existe, nos arts. 35 a 43 do CED, obrigação nesse sentido; C: correta, nos termos do já citado art. 35, § 1º, do CED; D: incorreta, pois, segundo o art. 38 do CED, “na hipótese da adoção de cláusula *quota litis*, os honorários devem ser necessariamente representados por pecúnia e, quando acrescidos dos de honorários da sucumbência, não podem ser superiores às vantagens advindas em favor do constituinte ou do cliente” (g.n.). Gabarito "C"

22. No que se refere às sociedades de advogados, assinale a opção correta.

(A) A razão social de uma sociedade de advogados deve, obrigatoriamente, conter o nome de pelo menos um advogado responsável pela sociedade, podendo permanecer o de sócio falecido, desde que tal possibilidade esteja prevista no ato constitutivo.

(B) As sociedades de advogados são registradas nos cartórios de registro de pessoas jurídicas do local de sua sede.

(C)O advogado somente poderá integrar mais de uma sociedade de advogados mediante expressa autorização do conselho seccional e se houver previsão no contrato social das sociedades.

(D)O licenciamento de sócio para o exercício temporário de atividade incompatível com a advocacia não precisa ser averbado no registro da sociedade.

A: correta (art. 16, § 1º, da Lei 8.906/94 e art. 38 do Regulamento Geral); B: incorreta (art. 15, § 1º, da Lei 8.906/94); C: incorreta (art. 15, § 4º, da Lei 8.906/94); D: incorreta (art. 16, § 2º, da Lei 8.906/94). Gabarito "A"

23. Considerando que Douglas seja advogado empregado na consultoria jurídica de uma grande empresa, assinale a opção correta.

(A)Será nula disposição contratual que defina regime de dedicação exclusiva para Douglas.

(B)Por ser Douglas advogado empregado, somente fará jus a receber honorários de sucumbência caso esse direito esteja expressamente previsto em seu contrato de trabalho.

(C)Os honorários de sucumbência recebidos por Douglas devem integrar a base de cálculo de sua gratificação natalina.

(D)Caso venha a desligar-se futuramente da empresa, a Douglas será vedado patrocinar causa voltada à anulação de ato em cuja elaboração ele tenha participado.

A: incorreta (art. 20, *caput*, da Lei 8.906/94); B: incorreta, pois a regra contida no art. 21 da Lei 8.906/94 é diametralmente oposta (muito embora o STF entenda ser possível a existência de cláusula contratual em que haja destinação diversa da verba de sucumbência ao advogado, ou a repartição desta - vide ADIN 1.194); C: incorreta, pois, de acordo com o art. 14 do Regulamento Geral, os honorários sucumbenciais não integram o salário do advogado empregado; D: correta (art. 20 do CED). Gabarito "D"

24. Os advogados Pedro e João desejam estabelecer sociedade de advogados com o fito de regularizar o controle dos seus fluxos de honorários e otimizar despesas. Estabelecem contrato e requerem o seu registro no órgão competente. À luz da legislação aplicável aos advogados, é correto afirmar que

(A)o Código de Ética não se aplica individualmente aos profissionais que compõem sociedade de advogados.

(B)é possível a participação de advogados em sociedades sediadas em áreas territoriais de seccionais diversas.

(C)a procuração é sempre coletiva quando atuante sociedade de advogados.

(D)podem existir sociedades mistas de advogados e contadores.

GABARITO "B"

A: incorreta. A sociedade de advogados, obviamente, é composta por advogados regularmente inscritos na OAB, os quais, à evidência, submetem-se às regras deontológicas (regras éticas), inclusive, e principalmente, aquelas previstas no Código de Ética e Disciplina. Ressalte-se que a própria sociedade de advogados submete-se ao Código de Ética, consoante determina o art. 15, §2º, do Estatuto da OAB (EAOAB – Lei 8.906/94); B: correta. De fato, admite-se que um advogado, sócio de uma sociedade, integre outras sociedades de advogados, desde que em sediadas em outra base territorial (leia-se: outro Estado – Conselho Seccional), consoante art. 15, §4º, EAOAB; C: incorreta, pois a procuração deve ser outorgada individualmente aos advogados, e não de forma coletiva (art. 15, §3º, EAOAB); D: incorreta. É absolutamente vedado que

uma sociedade de advogados apresente como objeto qualquer atividade diversa das privativas de advocacia (art. 16, EAOAB).

25. Túlio, advogado, é surpreendido ao praticar crime inafiançável, sendo preso em flagrante pela autoridade policial. A OAB é comunicada, e, por meio de membro da Comissão de Prerrogativas, acorre advogado ao local onde estão sendo realizados os trâmites procedimentais. Nos termos das normas estatutárias, é correto afirmar que

(A) a prisão do advogado que demanda a intervenção da OAB é a originária do exercício profissional.

(B) o fato de a prisão atingir advogado indica a presença do representante da OAB.

(C) a prisão preventiva é aquela que está circunscrita na atuação da OAB.

(D) só a prisão determinada pelo juiz é que permite a participação dos representantes da OAB.

GABARITO “A”

A: correta. A prerrogativa referente à presença de representante da OAB ao ato de lavratura do auto de prisão em flagrante está diretamente ligada ao exercício profissional. Assim, somente por motivo ligado à advocacia é que o advogado terá o direito de ver um membro da OAB assistir ao ato policial (art. 7º, IV, do Estatuto da OAB – EAOAB – Lei 8.906/94). Caso contrário, estaríamos diante de privilégio infundado; B: incorreta. Como visto, somente por motivo ligado ao exercício profissional é que a prerrogativa em questão deverá ser observada; C: incorreta. A prerrogativa prevista no EAOAB diz respeito apenas à prisão em flagrante, não se estendendo à prisão preventiva (art. 7º, IV, EAOAB); D: incorreta. Ao contrário, a prisão realizada pela autoridade policial é que permite e determina a presença física de um representante da OAB, e não aquela decretada judicialmente (prisão preventiva ou prisão temporária).

DIREITO CONSTITUCIONAL

26. Assinale a opção correta a respeito dos conceitos de mutação constitucional, revisão constitucional e poder constituinte.

(A) Tratando-se de mutação constitucional, o texto da constituição permanece inalterado, e alteram-se apenas o significado e o sentido interpretativo de determinada norma constitucional.

(B) A revisão constitucional prevista no ADCT da CF, que foi realizada pelo voto da maioria simples dos membros do Congresso Nacional, gerou seis emendas constitucionais de revisão que detêm o status de normas constitucionais originárias.

(C) Previsto pelo constituinte originário, o poder constituinte derivado decorrente encontra limitações apenas nas cláusulas pétreas.

(D) Sendo poder de índole democrática, autônomo e juridicamente ilimitado, o poder constituinte originário tem como forma única de expressão a assembléia nacional constituinte.

A: A alteração da Constituição pode ocorrer pela via formal (emendas à Constituição) ou pela via informal (mutação constitucional). A mutação permite que o sentido e o alcance da norma constitucional sejam alterados sem que haja qualquer modificação no texto do dispositivo da Constituição. É feita pelos órgãos estatais ou pelos costumes

sociais; B: Ainda que a revisão constitucional tenha procedimento distinto do aplicado às emendas constitucionais do art. 60 da CF, é também exemplo do poder de reforma da Constituição, pois o fruto do seu trabalho tem igualmente natureza jurídica de emendas à Constituição (embora chamadas de “emendas de revisão”). Por isso, mesmo que presente alguma discussão doutrinária a respeito, as emendas de revisão configuram-se exercício do poder constituinte derivado, precisando observar, por isso, os mesmos limites expressos (art. 60 da CF) e implícitos de reforma da CF. Na leitura do art. 3º do ADCT pode-se notar que o quórum de aprovação das emendas de revisão (maioria absoluta) é menos rígido que o prescrito para aprovação das emendas “ordinárias” (maioria de três quintos – art. 60, § 2º, da CF), somando-se a isso o fato de o dispositivo que prevê a revisão constitucional constar do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o que corrobora a vontade do constituinte originário de realizar a revisão constitucional uma única vez. Dessa forma, tem-se que a revisão constitucional foi concebida pelo Poder Constituinte Originário para ser realizada apenas uma vez, após cinco anos da promulgação da CF, pelo voto da maioria absoluta do Congresso Nacional, em sessão unicameral. Em obediência à determinação constitucional, a revisão ocorreu em 1993/1994 e resultou em 6 emendas de revisão, tendo aí a norma constitucional exaurido sua eficácia; C e D: Ao contrário do Poder Constituinte Originário (que é inicial, autônomo, ilimitado e incondicionado), o Poder Constituinte Derivado é secundário, subordinado e limitado, e exercido pelos representantes do povo. Daí resulta a conclusão de que o poder derivado encontra limites nas regras previstas pelo constituinte originário, que não se resumem às cláusulas pétreas. Além disso, o Poder Constituinte Originário se manifesta por intermédio de Assembleia Nacional Constituinte ou pelo ato de outorga de uma nova Constituição. Gabarito "A"

27. Nos julgamentos que envolvam inconstitucionalidade de leis, é INCORRETO afirmar:

- (A) A ação direta de inconstitucionalidade, julgada no mérito pelo Supremo Tribunal Federal, tem efeitos vinculante e *erga omnes*.
- (B) Os juízes de Direito podem declarar a inconstitucionalidade de uma lei.
- (C) A Turma de um Tribunal Estadual, ao julgar apelação, pode declarar a inconstitucionalidade de uma lei ou negar-lhe aplicação.
- (D) A ação direta por omissão se destina a superar omissões inconstitucionais causadas pelo Administrador ou pelo Legislador.

A: Art. 102, § 2º, da CF; B: Em controle difuso qualquer juiz ou tribunal pode declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo em face da Constituição Federal (no caso dos tribunais, respeitada a regra do art. 97 da CF); C: Viola o art. 97 da CF; D: Art. 103, § 2º, da CF. Gabarito "C"

28. A Constituição da República estabelece os direitos e garantias fundamentais e fornece os instrumentos para que a tutela destes valores possa ser concretizada.

- (A) o mandado de segurança coletivo somente pode ser interposto por associação civil constituída há pelo menos um ano, na defesa de interesses de seus membros.
- (B) A ação popular poderá ser ajuizada por qualquer cidadão e não se limita somente a obter a anulação de ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que participe o Estado e à moralidade administrativa, mas também à defesa do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural.
- (C) O mandado de segurança será concedido sempre que a ausência de norma

regulamentadora tornar inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.

(D)A concessão do *habeas corpus* somente ocorrerá quando alguém sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

A: art. 5º, LXX, da CF; B: art. 5º, LXXIII, da CF; C: o mandado de segurança está previsto no art. 5º, LXIX, da CF. Sempre que a falta de norma regulamentadora tornar inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais será concedido o mandado de injunção, nos termos do art. 5º, LXXI, da CF; D: conceder-se-á também *habeas corpus* quando alguém se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção (*habeas corpus* preventivo). Gabarito "B"

29. São considerados brasileiros natos, pela Constituição Federal,

(A)os que optaram pela nossa nacionalidade e aqui residiram por um ano ininterrupto.

(B)os aqui nascidos, ainda que de pais estrangeiros a serviço do seu país de origem.

(C)os nascidos no estrangeiro, de pais brasileiros.

(D)os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros que estejam a serviço do Brasil.

Art. 12, I, *b*, da CF Gabarito "D"

30. Entre os fundamentos da República Federativa do Brasil, NÃO se pode incluir

(A)a Soberania.

(B)o Pluralismo político.

(C)o trabalho e a livre iniciativa.

(D)a cidadania.

Art. 1º, I a V, da CF. Gabarito "C"

31. A respeito das Comissões Parlamentares de Inquérito – CPIs, é correto afirmar:

(A)os advogados dos chamados a prestar depoimento perante uma CPI podem acompanhar os seus clientes e com eles comunicar-se pessoal e diretamente, antes das respostas às perguntas formuladas, para recomendar que não respondam a questionamento que possa levar a afirmação auto-incriminadora.

(B)as comissões parlamentares de inquérito têm o poder de anular atos do Executivo.

(C)não se exige motivação para as decisões de natureza eminentemente política tomadas pelas comissões parlamentares de inquérito, tais como a decretação da quebra do sigilo bancário e telefônico de investigados.

(D)as comissões parlamentares de inquérito podem decretar a indisponibilidade de bens de investigado, uma vez comprovada a origem espúria desses bens.

A: Art. 3º, § 2º, da Lei 1.579/1952; B: Não reflete o disposto no art. 58, § 3º, da CF; C: Não reflete o disposto no art. 93, IX, da CF, cuja regra de motivação das decisões também se aplica ao Legislativo; D: De acordo com o STF, por não ser medida de instrução, mas de provimento cautelar de sentença futura, só pode ser decretada pelo Judiciário (MS 23.480-6, Rel. Min. Sepúlveda Pertence). Gabarito "A"

32. A casa é o asilo inviolável da pessoa, que não pode ser transformada em garantia de impunidade de crimes praticados em seu interior. Para tanto, existe a possibilidade de invasão domiciliar, durante o dia, que, entretanto,

(A)sujeita-se à denominada cláusula de reserva jurisdicional, com total exclusão de qualquer outro órgão estatal.

(B) depende de mandado judicial, e, nos casos de grande clamor público, da autorização do Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito.

(C) pode ser também determinada pelo Ministério Público, mediante ordem fundamentada do Chefe da Instituição, quando, nos termos da lei, tratar-se de crime organizado.

(D) também é cabível por parte da Administração Tributária, que é dotada do atributo da autoexecutoriedade, a qual dispensa a ordem judicial.

Art. 5º, XI, da CF, cuja garantia só pode ser afastada por determinação judicial (reserva de jurisdição), salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro. Gabarito "A"

33. O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos, para concorrerem

(A) a outros cargos, devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

(B) aos mesmos cargos, devem se licenciar dos respectivos mandatos até quatro meses antes do pleito.

(C) a outros cargos, devem se licenciar dos respectivos mandatos até três meses antes do registro da candidatura.

(D) aos mesmos cargos, devem renunciar aos respectivos mandatos até cinco meses antes do registro da candidatura.

Art. 14, § 6º, da CF. Para os mesmos cargos podem ser reeleitos, na forma do § 5º do mesmo artigo. Gabarito "A"

34. No que diz respeito à nacionalidade, é correto afirmar que são considerados brasileiros naturalizados os

(A) estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há cinco anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

(B) nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.

(C) nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

(D) que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.

(E) nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, antes de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

A: Não reflete o disposto no art. 12, II, "b", da CF; B: Será brasileiro nato, segundo o art. 12, I, "a", da CF; C: Será brasileiro nato, segundo o art. 12, I, "b", da CF; D: Art. 12, II, "a", da CF. Gabarito "D"

35. NÃO está presente no rol de legitimados à propositura de Ação Declaratória de Constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, nos termos da Constituição Federal de 1988,

- (A) a Confederação Sindical.
 - (B) a Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
 - (C) a entidade de classe de âmbito nacional.
 - (D) o Prefeito Municipal.
-

Art. 103, I a IX, da CF. Gabarito "D"

DIREITO AMBIENTAL

36. Relativamente aos princípios gerais do direito ambiental e a suas formas de materialização, assinale a opção correta.

(A) De acordo com o princípio da precaução, diante de ameaças de danos sérios e irreversíveis, a falta de certeza científica não pode ser invocada como motivo para se adiarem medidas destinadas a prevenir a degradação ambiental, podendo a administração pública, com base no poder de polícia, embargar obras ou atividades.

(B) Consoante o princípio do poluidor-pagador, a definição dos custos de produção de determinada empresa poluidora não pode levar em consideração os custos sociais externos decorrentes de sua atividade poluente, sob pena de cometimento de infração administrativa ambiental.

(C) Em decorrência do princípio da prevenção, o empreendedor deve apresentar ao poder público estudo prévio de impacto ambiental referente a qualquer atividade que implique a utilização ou transformação de recursos naturais.

(D) O princípio da função sócio-ambiental da propriedade autoriza o poder público a impor limites apenas ao uso de bens imóveis localizados em área rural, no que respeita à exploração de seus recursos naturais, não se aplicando, porém, tal preceito à propriedade urbana.

Comentário: A: pelo princípio da precaução, na dúvida sobre se uma certa atividade prejudica o meio ambiente, deve-se ficar com este, tomando as medidas adequadas para que o suposto dano de fato não ocorra. A idéia aqui é eliminar que o próprio perigo possa se concretizar. O texto da questão decorre do Princípio 15 da Declaração do Rio (produzida na ECO/92); B: v. Princípio 16 da Declaração do Rio, bem como o princípio do poluidor-pagador; C: o estudo prévio de impacto ambiental só deve ser exigido para atividades que podem causar significativo impacto ambiental (art. 225, IV, da CF); D: art. 225, § 1º, IV, da CF.

Gabarito: "A"

37. Tendo em vista as normas sobre meio ambiente constantes da CF, assinale a opção correta.

(A) Em face do princípio constitucional da livre iniciativa, os recursos minerais podem ser explorados independentemente de autorização ou de concessão do poder público, mas o explorador deve promover a recuperação do meio ambiente degradado de acordo com as normas técnicas exigidas pela administração.

(B) O meio ambiente é bem de uso especial, sob domínio do Estado, e sua utilização se dá por interesse da administração.

(C) Compete à União, aos estados e ao DF legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, proteção do meio ambiente e controle da poluição. Aos municípios cabe suplementar a legislação federal e a estadual, no que couber.

(D) A floresta amazônica brasileira, a mata atlântica e o pantanal mato-grossense são considerados patrimônio nacional. Assim também o são a Serra do Mar, a zona costeira, o cerrado e a caatinga, devendo a utilização de qualquer dessas áreas dar-se na forma da lei.

Comentário: A: art. 225, § 2ª, da CF (parte correta) c/c art. 176 da CF (parte incorreta); B: art. 225, *caput*, da CF (“bem de uso comum do povo”); C: art. 24, VI, da CF c/c art. 30, II, da CF.; D: art. 225, § 4º, da CF.

Gabarito: "C"

38. Segundo o jurista Vladimir Passos de Freitas, na concepção moderna de meio ambiente, este é considerado não apenas como a natureza mas também como as modificações que o homem nela vem introduzindo. Assim, assinala o jurista, é possível classificar o meio ambiente em ambiente natural, que compreende a água, a flora, o ar, a fauna, e ambiente cultural, que abrange as obras de arte, imóveis históricos, museus, belas paisagens, enfim, tudo o que possa contribuir para o bem-estar e a felicidade do ser humano. Considerando tal concepção, assinale a opção correta.

(A) A Constituição Federal admite formas específicas de proteção do patrimônio cultural, tais como o tombamento, o registro, o inventário, a retrocessão e a desapropriação.

(B) As criações científicas e tecnológicas integram o patrimônio cultural brasileiro, sendo elas objeto de especial proteção pelo poder público.

(C) Os municípios não detêm competência para proteger o patrimônio cultural, em razão da relevância nacional dos bens que o integram.

(D) Sendo comum a competência material para a proteção do patrimônio cultural, União, estados, DF e municípios podem instituir tombamento de bens imóveis dotados de valor histórico-cultural, não se admitindo, porém, o tombamento de um mesmo bem por mais de uma pessoa política, em razão da proibição do *bis in idem*.

Comentário: A: art. 216, § 1º, da CF; B: art. 216, III, da CF; C: art. 216, § 1º, e art. 23, III, ambos da CF; D: a Lei de Tombamento (Decreto-Lei 25/37) não proíbe o chamado tombamento cumulativo.

Gabarito: "B"

39. A PNMA foi estabelecida em 1981 mediante a edição da Lei n.º 6.938/1981, que criou o SISNAMA. O objetivo dessa lei é o estabelecimento de padrões que tornem possível o desenvolvimento sustentável, por meio de mecanismos e instrumentos para maior proteção do ambiente. A respeito desse assunto e considerando o disposto na lei, assinale a opção correta.

A O SISNAMA congrega os órgãos e as instituições ambientais da União, dos estados e dos municípios; o DF não compõe esse sistema.

B Poluição e poluidor são conceitos doutrinários não definidos na lei da PNMA.

C É objetivo da PNMA a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.

D O SISNAMA possui dois órgãos superiores e cinco órgãos locais.

Comentário: A: incorreta (art. 6º, *caput*, da Lei 6.938/81); B: incorreta (art. 3º, III e IV, da Lei 6.938/81); C: correta (art. 4º, I, da Lei 6.938/81); D: incorreta, pois há 1 órgão superior (Conselho de Governo – art. 6º, I, da Lei 6.938/81) e diversos órgãos locais (art. 6º, VI, da Lei 6.938/81), já que estes são os órgãos ou entidades dos municípios, responsáveis pela proteção do meio ambiente.

Gabarito: "C"

40. A respeito do Código Florestal, das novas regulamentações sobre reserva legal, das áreas de preservação permanente e de outros instrumentos legais, assinale a opção correta.

A A reserva legal corresponde a área localizada no interior de uma propriedade, incluída naquela de preservação permanente.

B As florestas que integram o patrimônio indígena ficam sujeitas ao regime de preservação permanente.

C A área de vegetação situada em olhos d'água não é passível de proteção ambiental.

D A retirada de vegetação nativa em encostas com sessenta graus, para a plantação de uvas, é permitida.

Comentário: A: incorreta, pois, como regra, não é possível computar as áreas relativas à preservação permanente no percentual da reserva legal (art. 16, caput e § 6º, da 4.771/65); B: correta (art. 3º, § 2º, da 4.771/65); C: incorreta, pois se trata de área de preservação permanente *ex lege* (art. 2º, “c”, da 4.771/65); D: incorreta, pois se trata de área de preservação permanente *ex lege* (art. 2º, “e”, da 4.771/65). Gabarito: "B"